

CORPO, GÊNERO E EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NO SEMIÁRIDO BAIANO

BODY, GENDER AND PHYSICAL EDUCATION: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW OF ACADEMIC PRODUCTION IN THE SEMI-ARID REGION OF BAHIA

CUERPO, GÉNERO Y EDUCACIÓN FÍSICA: UNA REVISIÓN BIBLIOGRÁFICA DE LA PRODUCCIÓN ACADÉMICA EN LA REGIÓN SEMIÁRIDA DE BAHÍA

Vitória Lima Oliveira Morais¹

Pedro Paulo Souza Rios²

RESUMO: Esse artigo buscou analisar os papéis sociais de gênero adotados nas aulas de Educação Física escolar, como estes papéis foram forjados e a influência das concepções sobre o corpo construídas historicamente. Nos diferentes tempos históricos pessoas foram assumindo lugares de poder e/ou subordinação constituindo a hierarquização social a partir de classificações. Dentre elas, situa-se as diferenciações relacionadas à corporeidade e aos papéis sociais de gênero, recebendo influência significativa de preceitos biológicos utilizados para sustentar uma estrutura de sociedade e orientar a forma como indivíduos iriam se relacionar. As formas de se relacionar na Educação Física escolar exprimem o que é reproduzido na sociedade contemporânea. Estas, por estarem inseridas no contexto educacional, numa instituição social formada e constituída a partir dos moldes estruturais que organizam a sociedade, também reflete as contradições emergentes dessas relações. Os papéis sociais de gênero reproduzidos nesse contexto nada mais são do que a reprodução das relações que foram socialmente produzidas e culturalmente legitimadas, através de uma estrutura que hierarquiza indivíduos através da classificação de gênero. Trata-se de uma revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa, e traça o seu percurso conceitual analisando as categorias de corpo, gênero e papéis sociais de gênero.

1

Palavras-chave: Corpo. Gênero. Educação Física. Semiárido.

ABSTRACT: This article sought to analyze the social gender roles adopted in school Physical Education classes, how these roles were forged, and the influence of historically constructed conceptions of the body. Throughout history, people have assumed positions of power and/or subordination, constituting social hierarchy based on classifications. Among these classifications are the differentiations related to corporeality and social gender roles, significantly influenced by biological precepts used to sustain a societal structure and guide how individuals would relate to each other. The ways of relating in school Physical Education express what is reproduced in contemporary society. Because they are embedded in the educational context, in a social institution formed and constituted from the structural models that organize society, they also reflect the emerging contradictions of these relationships. The social gender roles reproduced in this context are nothing more than the reproduction of relationships that were socially produced and culturally legitimized through a structure that hierarchizes individuals through gender classification. This is a literature review, using a qualitative approach, and it traces its conceptual path by analyzing the categories of body, gender, and social gender roles.

Keywords: Body. Gender. Physical Education. Semi-arid region.

¹Discente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos da Universidade do Estado da Bahia.

²Docente do curso de Ciências da Natureza na Universidade Federal do Vale do São Francisco. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos da Universidade do Estado da Bahia.

RESUMEN: Este artículo buscó analizar los roles sociales de género adoptados en las clases de Educación Física escolar, cómo se forjaron estos roles y la influencia de las concepciones históricamente construidas sobre el cuerpo. A lo largo de la historia, las personas han asumido posiciones de poder y/o subordinación, constituyendo una jerarquía social basada en clasificaciones. Entre estas clasificaciones se encuentran las diferenciaciones relacionadas con la corporalidad y los roles sociales de género, significativamente influenciadas por los preceptos biológicos utilizados para sustentar una estructura social y guiar la forma en que los individuos se relacionan entre sí. Las formas de relacionarse en la Educación Física escolar expresan lo que se reproduce en la sociedad contemporánea. Al estar insertas en el contexto educativo, en una institución social formada y constituida a partir de los modelos estructurales que organizan la sociedad, también reflejan las contradicciones emergentes de estas relaciones. Los roles sociales de género reproducidos en este contexto no son más que la reproducción de relaciones socialmente producidas y legitimadas culturalmente a través de una estructura que jerarquiza a los individuos mediante la clasificación de género. Esta es una revisión bibliográfica, con un enfoque cualitativo, que traza su recorrido conceptual mediante el análisis de las categorías de cuerpo, género y roles sociales de género.

Palabras clave: Cuerpo. Género. Educación Física. Región semiárida.

INTRODUÇÃO

As assimetrias de poder e as condições de subordinação observadas nos diferentes recortes cronológicos são produtos intrínsecos das estruturas e transformações socioculturais de um povo. Longe de serem estáticas, essas posições são reconfiguradas conforme as sociedades se complexificam e os interesses das elites dominantes se adaptam a novos contextos econômicos e ideológicos. Nesse sentido, a organização sociocultural não apenas reflete o momento histórico, mas atua como um mecanismo de reprodução de desigualdades, onde o sujeito é posicionado conforme as demandas de manutenção da ordem estabelecida e os processos de tensão e resistência inerentes à evolução histórica.

A estratificação social não se sustenta apenas pela força, mas pela construção de narrativas que justificam a posição de cada sujeito na estrutura vigente. Historicamente, diversos foram os argumentos, formulados para fundamentar a hierarquização social. Esse processo de classificação não é neutro; ele segmenta a coletividade em grupos estereotipados, onde a atribuição de estigmas serve como ferramenta de controle e manutenção de fronteiras simbólicas e materiais. Consequentemente, a segregação deixa de ser vista como uma imposição arbitrária para ser aceita como uma *ordem natural* das coisas

Nesse contexto, a corporeidade emerge como um dos principais eixos de diferenciação e controle. Sob a égide de preceitos biológicos, a anatomia foi historicamente convertida em destino social, servindo de lastro para a naturalização de papéis de gênero assimétricos. Tal

perspectiva essencialista não apenas orienta as formas de subjetivação e sociabilidade, mas institucionaliza uma estrutura onde a suposta 'superioridade' de determinados corpos é utilizada como justificativa para a subalternidade de outros. Assim, o biológico deixa de ser um dado meramente fisiológico para tornar-se um artefato político de manutenção de poder.

Como aponta Anne Fausto-Sterling (2022), a rotulação de corpos como masculinos ou femininos é um ato profundamente social, embora se revista de neutralidade científica. Ao utilizar a biologia para sustentar hierarquias, a estrutura social apaga a diversidade da experiência humana e fixa os indivíduos em categorias de superioridade ou inferioridade, moldando, assim, a própria percepção da realidade.

Nesse sentido, Joan Scott (1995), ressalta que o gênero atua como um campo no qual, e por meio do qual, o poder é articulado. A autora argumenta que as classificações e hierarquias não são meros reflexos da natureza, mas construções discursivas que servem para legitimar o controle social. Portanto, os lugares de subordinação mencionados anteriormente são mantidos por símbolos culturais e conceitos normativos que fixam os indivíduos em grupos segregados, tornando as desigualdades historicamente naturais aos olhos da sociedade.

Rios (2023, p. 159), defende que na perspectiva da subordinação a partir das relações de gênero, o corpo tem se caracterizado tanto como espaço simbólico, quanto concreto “na elaboração e vivências das subjetividades. Nesse sentido, a biologia não atua como um dado neutro, mas como um campo onde se inscrevem decisões políticas e sociais. Como argumenta Fausto-Sterling (2022), a definição dos corpos em categorias binárias rígidas é um processo de sexuar o corpo, transformando variações biológicas em justificativas para a hierarquia social. Ao utilizar preceitos biológicos para sustentar papéis de gênero, a estrutura de sociedade não apenas orienta as relações, mas estabelece um sistema de desigualdade onde a natureza é invocada para legitimar o lugar de superioridade de determinados grupos em detrimento da subalternização de outros.

Este entendimento acerca da construção social dos corpos reverbera em diversas instâncias da sociedade, alcançando, de modo contundente, o espaço escolar. Sendo a Educação Física escolar uma área de conhecimento que elege a cultura corporal como seu objeto de estudo e intervenção, as discussões sobre corporeidade e gênero tornam-se imperativas. A forma como essas categorias são interpretadas e operacionalizadas no contexto das aulas, seja na divisão de equipes, na escolha de modalidades ou na expectativa de desempenho, atua como um divisor de águas: ou servem como instrumentos de perpetuação do binarismo e da

hierarquia biológica, ou constituem-se como espaços de superação do modelo vigente, fomentando uma prática pedagógica inclusiva e crítica.

Como destaca Altmann (2015), a Educação Física não apenas lida com o corpo biológico, mas produz significados sobre ele, podendo desafiar as fronteiras de gênero estabelecidas historicamente. Corroborando com essa perspectiva Morais (2023, p. 61), defende que “A Educação Física, através do seu objeto específico, também constrói corpos socialmente”. Compreendemos portanto, que Educação Física, ao debruçar-se sobre a cultura corporal, transcende a mera atividade motora para atuar como uma instância de fabricação de subjetividades. Ao intervir no movimento, na estética e na performance, quanto área de conhecimento ela acaba por forjar corpos socialmente, inscrevendo neles as marcas de gênero, territorialidade, etnia, classe e raça vigentes. Dessa forma, o gesto motor não é neutro; ele carrega consigo significados políticos que podem reforçar estigmas ou, dialeticamente, subverter as fronteiras da normalidade impostas pelos preceitos biológicos tradicionais.

A Educação Física, ao debruçar-se sobre seu objeto específico – a cultura corporal, não se limita à instrução técnica do movimento, mas atua como uma sofisticada tecnologia de biopoder. Sob a ótica foucaultiana, esta área de conhecimento funciona como um espaço de disciplinarização, onde o corpo não é apenas treinado, mas *fabricado* socialmente. Através de métodos, repetições e normas de desempenho, a prática pedagógica pode operar uma docilização dos corpos, inscrevendo neles as marcas da heteronormatividade e das hierarquias de gênero (Foucault, 2014).

4

Nesse sentido, a quadra escolar torna-se um laboratório de normalização, onde os gestos considerados desviantes são corrigidos e as assimetrias de poder são naturalizadas como verdades biológicas. Assim, a Educação Física exerce uma microfísica do poder, sendo capaz de reproduzir subjetividades subordinadas ou, inversamente, tornar-se um campo de resistência e reinvenção das possibilidades de existência do corpo.

Tendo em vista os pressupostos elucidados o presente artigo tem por objetivo: compreender os papéis sociais de gênero adotados nas aulas de Educação Física, como estes papéis foram forjados e a influência das concepções sobre o corpo construídas historicamente.

A pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica, fundamentando-se na análise de materiais já elaborados e publicados, como livros e artigos científicos (Gil, 2008). Optou-se por uma abordagem qualitativa, dada a natureza do objeto de estudo, que se debruça sobre fenômenos sociais e construções subjetivas que transcendem a mensuração estatística

ou quantitativa. O percurso analítico estrutura-se a partir da articulação de três categorias centrais: corpo, gênero e papéis sociais de gênero. Tais categorias são examinadas sob uma perspectiva histórico-crítica, buscando compreender as dinâmicas de poder e as estruturas de subordinação que atravessam a cultura corporal e a Educação Física escolar.

METODOLOGIA

O estudo constitui-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, caracterizada por sua preocupação em compreender processos sociais complexos e os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências (Minayo, 2001). Este enfoque justifica-se pela necessidade de analisar fenômenos que transcendem a objetividade numérica, como as representações da corporeidade e as dinâmicas de gênero.

Quanto ao procedimento, adotou-se o método de revisão bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de materiais já elaborados e publicados por outros/as autores/as, tais como livros, artigos científicos, bem como o banco de dados dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu*, em Educação, Cultura e Territórios Semiaridos – PPGESA, Educação e Diversidade – PPGED ambos ofertados no formato multicampia e vinculados à Universidade do Estado da Bahia – UNEB. O PPGESA, com turmas nos Departamento de Ciências Humanas – DCH/Campus III, com sede em Juazeiro – Bahia; Departamento de Educação – DEDC/Campus VII, sediado em Senhor do Bonfim – Bahia e o Departamento de Educação – DEDC/Campus VIII, localizado em Paulo Afonso – Bahia. Já o PPGED, oferta turmas no Departamento de Ciências Humanas – DCH/ Campus IV em Jacobina – Bahia e no Departamento de Educação – DEDC/Campus XIV em Conceição do Coité – Bahia.

O percurso analítico foi estruturado por meio do levantamento e da categorização de obras que discutem a corporeidade, o gênero e os papéis sociais de gênero, utilizando-as como lentes conceituais para interpretar como a Educação Física escolar pode atuar tanto na manutenção quanto na subversão de hierarquias históricas.

A seleção dos referidos Programas de Pós-Graduação pautou-se em critérios de relevância temática e territorial: primeiramente, pela sólida produção de pesquisas no campo da Educação e, ademais, por estarem estrategicamente situados no território do semiárido baiano. Tal delimitação permite uma análise situada, considerando as especificidades socioculturais e históricas dessa região no desenvolvimento das discussões sobre corpo e gênero.

Entendemos portanto, que o método de revisão bibliográfica adotado ultrapassa a mera compilação de textos, configurando-se como um esforço analítico de reconstrução teórica. Segundo Lima e Miotto (2007), a revisão bibliográfica implica em um ordenamento rigoroso do conhecimento disponível, permitindo ao pesquisador situar o tema dentro de um quadro de referências amplo e crítico. No presente estudo, este método possibilitou o diálogo transversal entre a filosofia, a biologia feminista e a pedagogia da Educação Física, permitindo que a análise das categorias de corpo e gênero fosse sustentada por um arcabouço sólido de fontes primárias e secundárias.

No que concerne à delimitação cronológica, esta pesquisa estabeleceu como recorte temporal o período compreendido entre 2016 e 2024. A escolha do marco inicial justifica-se por ser o ano de defesa das primeiras pesquisas nos referidos Programas. Já o marco final, 2024, corresponde ao período de última atualização e disponibilidade das dissertações defendidas nos repositórios institucionais até o momento da coleta de dados. Tal intervalo permite uma análise longitudinal de quase uma década, possibilitando observar a evolução das discussões sobre corpo, gênero e Educação Física no contexto pesquisado.

No que tange aos procedimentos de coleta, a busca nos repositórios institucionais foi operacionalizada por meio dos seguintes descritores: *gênero*, *corpo* e *Educação Física*. Tais termos foram utilizados de forma isolada e combinada, mediante o uso de operadores booleanos, com o intuito de filtrar as produções que estabelecessem interseções diretas entre a cultura corporal e as relações de poder e identidade. A escolha desses descritores permitiu delimitar o corpus documental de modo que a análise recaísse especificamente sobre as pesquisas que dialogam com as categorias centrais desta investigação.

CONSTRUÇÃO SOCIAL DA CONCEPÇÃO DE CORPO

Para apreender as concepções contemporâneas acerca da corporeidade, é imperativo analisar o processo histórico de sua constituição no âmago da sociedade capitalista. Como ressalta Pedroso (1994), o entendimento do corpo moderno exige uma incursão nos antecedentes históricos que moldaram a relação do sujeito com sua própria anatomia, bem como nos valores axiológicos a ele atribuídos. Nesse sentido, o corpo não emerge como um dado biológico isolado, mas como uma construção social atravessada pelas demandas de produção, controle e significação inerentes ao desenvolvimento das estruturas econômicas e políticas vigentes.

As concepções acerca da corporeidade são forjadas no bojo dos processos de produção e reprodução da vida social, configurando-se, portanto, como autênticas construções socioculturais. Sob essa ótica, o corpo não pode ser apreendido como uma entidade isolada ou puramente biológica; sua compreensão exige o desvelamento das relações sociais e das circunstâncias históricas nas quais está imerso. Conforme postula Pedroso (1994), o entendimento do corpo é indissociável das condicionantes políticas, econômicas e culturais que ditam os sentidos e valores a ele atribuídos em cada época.

As concepções acerca da corporeidade são forjadas no bojo dos processos de produção e reprodução da vida social, configurando-se como autênticas construções socioculturais. Sob essa ótica, o corpo não pode ser apreendido como uma entidade isolada ou puramente biológica; sua compreensão exige o desvelamento das relações sociais e das circunstâncias históricas nas quais está imerso. Conforme salienta Pedroso (1994), o entendimento do corpo é indissociável das condicionantes políticas, econômicas e culturais que ditam os sentidos e valores a ele atribuídos na modernidade capitalista.

Essa construção social, contudo, frequentemente utiliza a biologia como uma máscara para naturalizar desigualdades. É nesse ponto que a perspectiva de Fausto-Sterling (2022) torna-se crucial, uma vez que a autora argumenta que a definição dos corpos em categorias binárias e rígidas não é um dado da natureza, mas um processo de *sexuar o corpo* para fins de controle social. Ao converter diferenças anatômicas em destinos sociais, a estrutura de sociedade estabelece uma hierarquia onde a suposta superioridade de determinados corpos justifica a subalternização de outros.

Essas tensões repercutem de forma contundente no cotidiano escolar. Sendo a Educação Física uma área que elege a cultura corporal como seu objeto de estudo, ela atua diretamente na manutenção ou na subversão dessas lógicas. Como destaca Altmann (2015), a área não apenas lida com o corpo biológico, mas produz significados sobre ele. A forma como as relações de gênero são operacionalizadas nas aulas, seja na divisão de espaços, na escolha de modalidades ou nas expectativas de desempenho, serve como instrumento de perpetuação do modelo vigente ou como uma potente estratégia de superação, permitindo que o corpo deixe de ser um receptáculo de normas para tornar-se um campo de possibilidades e resistências.

Segundo Rios (2022), as instituições escolares utilizam suas práticas pedagógicas como instrumentos de agenciamento. Por meio de normas disciplinares, buscam moldar e adequar os corpos a padrões pré-estabelecidos, em conformidade com as expectativas sociais e culturais

que definem o que são considerados corpos masculinos e corpos femininos.

No entanto, Moraes (2023, p. 64), argumenta que: “A Educação Física, enquanto ciência que estuda a cultura corporal, precisa reconhecer os condicionantes e determinantes sociais, econômicos e culturais ligados à construção histórica do ser humano e das concepções de corpo.” Dessa maneira, entendemos que o jogo, a dança, a brincadeira, o esporte e a ginástica são textos culturais. Eles carregam significados, valores e histórias de um povo. Não se trata apenas de fazer o movimento, mas de entender o que aquele movimento comunica.

No âmago das relações da sociedade capitalista, o sujeito é compelido a converter sua força de trabalho em mercadoria para atender às exigências do sistema produtivo. Nesse cenário, o corpo configura-se como a principal ferramenta e instrumento de trabalho, tendo seu valor social condicionado à sua capacidade de realização e produtividade. Essa visão utilitarista acaba por reduzir a corporeidade a uma funcionalidade mecânica: o valor do indivíduo passa a ser mensurado pelo que ele pode produzir *com* e *através* de seu corpo. Essa lógica de desempenho não é neutra; ela fundamenta a divisão sexual do trabalho e reflete diretamente na Educação Física escolar, que historicamente foi utilizada para preparar esses corpos – uns para a força e o labor braçal, outros para o cuidado e a docilidade, reforçando os papéis sociais de gênero desde a infância. De acordo com Pedroso (1994, p. 28):

8

A moderna sociedade industrial, através da valorização do corpo pela utilidade de sua força fisiológica, deu origem a um corpo autônomo, uma ferramenta a serviço da produção. Nesse sentido, pode-se dizer que o trabalhador aliena-se do próprio corpo uma vez que ele se apresenta como um meio de sobrevivência; o corpo aparece como um objeto desvinculado do homem.

Percebemos, portanto, que a modernidade industrial operou uma fragmentação ontológica no sujeito. Ao converter a corporeidade em ferramenta produtiva, o capitalismo promove a alienação do indivíduo em relação ao seu próprio corpo, tratando-o como um objeto técnico desprovido de subjetividade.

No campo da Educação Física, essa perspectiva reflete-se na naturalização de padrões de desempenho que ignoram a diversidade dos corpos e reforçam as hierarquias de gênero, uma vez que a utilidade fisiológica é frequentemente mensurada a partir de uma norma masculina e produtivista.

A lógica capitalista, conforme aponta Pedroso (1994), não se limita a explorar o corpo como força produtiva, mas estende seus domínios para o campo do consumo. O fenômeno do culto ao corpo emerge como uma estratégia de controle que transforma a corporeidade em um produto a ser constantemente lapidado.

Essa busca por um padrão estereotipado de 'corpo ideal' atua como um mecanismo de legitimação de desigualdades: ao definir o que é um corpo 'belo' ou 'apto', a sociedade automaticamente marginaliza aqueles que não se enquadram na norma. Na Educação Física escolar, essa dinâmica pode se traduzir em práticas que reforçam a submissão aos padrões de gênero, silenciando a diversidade em prol de uma estética mercantilizada.

A compreensão do corpo como construção social atinge sua expressão mais crítica ao observarmos como a precarização das relações produtivas incide sobre a subjetividade do trabalhador. Conforme asseveram Barros, Bordalo e Nascimento (2013), a força de trabalho é operada em corpos que, embora sejam 'unos e repletos de significados', acabam por refletir as mazelas de um sistema que os reduz a mecanismos de produção.

Essa perspectiva é fundamental para a Educação Física, pois revela que o corpo que chega à escola ou à academia não é um papel em branco, mas um território marcado pelas tensões do mundo do trabalho. No contexto do semiárido baiano, essa precarização pode ser lida através das marcas do labor rural ou informal, onde o corpo é exigido ao limite, alienando o sujeito de sua 'capacidade criativa' e de sua autonomia estética. Assim, os papéis sociais de gênero também são moldados por essa precarização: ao homem, muitas vezes, resta o papel do esforço físico exaustivo e, à mulher, a dupla jornada que fragmenta sua relação com o próprio corpo.

9

Essa fragmentação do sujeito, herdada do dualismo cristão, relegou o corpo a uma dimensão meramente material e, por vezes, pecaminosa. Como destacam Freire e Dantas (2012), essa visão facilitou a representação do corpo como uma máquina suscetível a manipulações e correções.

Na contemporaneidade, essa lógica transmuta-se em um culto à imagem, onde o corpo assume o papel de 'acessório' submetido a padrões de beleza e sensualidade. No âmbito escolar, tais expectativas sociais recaem de forma distinta sobre os gêneros: enquanto ao corpo masculino é imposta a correção em direção à força e virilidade, ao corpo feminino impõe-se a vigilância estética e a sensualidade disciplinada. A Educação Física, portanto, encontra-se no centro desse embate, podendo tanto reforçar essas correções mecânicas quanto promover o resgate da essência corporal enquanto unidade humana indissociável.

GÊNERO UMA CONSTRUÇÃO SOCIOCULTURAL

O gênero não deve ser compreendido como um destino biológico, mas como um conceito sociocultural e relacional. Conforme postula Altmann (1998), a identidade de gênero é forjada nas relações sociais a partir das diferenciações anatômicas, mas sua complexidade reside na articulação com outras categorias fundamentais, tais como etnia, classe social e religiosidade. Essa visão interseccional é crucial para compreender como os corpos são significados na Educação Física escolar: um corpo feminino ou masculino no semiárido baiano é atravessado por condições socioeconômicas e tradições locais que ditam o que é 'ser homem' ou 'ser mulher', exigindo da prática pedagógica um olhar que transcenda o binarismo biológico e considere a totalidade da experiência humana.

Entendendo gênero fundamentalmente como uma construção social – e, portanto, histórica –, teríamos de supor que esse conceito é plural, ou seja, haveria conceitos de feminino e de masculino, social e historicamente diversos. A idéia de pluralidade implicaria admitir não apenas que sociedades diferentes teriam diferentes concepções de homem e de mulher, como também que no interior de uma sociedade tais concepções seriam diversificadas, conforme a classe, a religião, a raça, a idade, etc.; além disso, implicaria admitir que os conceitos de masculino e feminino se transformam ao longo do tempo (Louro, 1996, p. 10).

Nessa perspectiva, Rios (2016) ressalta que o conceito de gênero é indissociável do processo histórico que o constitui. Os papéis sociais de gênero não derivam de uma determinação natural ou biológica, mas são forjados em contextos culturais específicos que prescrevem comportamentos e expectativas para homens e mulheres.

No ambiente escolar, essa construção sociocultural frequentemente cristaliza estereótipos que limitam as potencialidades corporais dos estudantes. Ao compreender que tais papéis são históricos e, portanto, mutáveis, a Educação Física no semiárido baiano ganha contornos de resistência, podendo atuar na desconstrução de padrões normativos que segregam os corpos com base em uma suposta natureza imutável.

Nesse sentido, compreendemos que os fatores culturais que moldam as concepções sobre os papéis sociais de gênero são produtos de uma construção histórica e social contínua. Como destaca Rios (2015), não se trata de um determinismo social absoluto, mas de um conjunto de fatores pré-estabelecidos que, embora exerçam pressão sobre os sujeitos, estão sujeitos a transformações e reconfigurações ao longo do tempo.

Para a Educação Física no semiárido baiano, essa premissa é libertadora: ela sugere que as barreiras de gênero encontradas no chão da quadra não são naturais ou permanentes, mas estruturas passíveis de serem questionadas e transformadas pela prática educativa consciente.

Nesse contexto, a dinamicidade das relações sociais implica que as concepções de gênero não são estáticas, mas atravessam processos contínuos de construção e desconstrução sociocultural. Conforme Salieta Rios (2016), essa fluidez reflete-se tanto na constituição dos papéis sociais quanto nas relações de poder estabelecidas entre eles.

Scott (1995) apresenta que o termo “gênero” na gramática está relacionado à uma forma de classificar fenômenos distintos através de agrupamentos separados. Entre as feministas americanas, o termo foi uma forma de enfatizar o caráter social da diferença entre os sexos, rejeitando o determinismo biológico. Para a autora, existem duas vertentes: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 86).

Esse termo denuncia que as ideias sobre os papéis sociais de gênero adequados para os indivíduos, e suas identidades subjetivas são formadas por construções culturais. Se constitui fundamentalmente a partir das relações sociais que se fundamenta através das diferenças biológicas percebidas entre os sexos. Essa diferenciação exprime as relações de poder marcadas pela dominação masculina, que marca a separação e hierarquização entre os gêneros, colocando a mulher em posição de subordinação com relação ao homem (Sousa; Altmann, 1999).

As relações de gênero são entendidas através da construção social estabelecida a partir do que uma dada cultura entende enquanto características para indivíduos, segundo o modo em que o feminino e o masculino foram sendo agregados socialmente, justificando-os pela definição das diferenças biológicas. Essa construção reflete nas relações de poder sob as quais os indivíduos se relacionam e reproduzem a sua existência (Berria, et al., 2010).

Essa construção está presente em todas as instâncias da vida e, como explicado anteriormente, na forma em que os indivíduos se relacionam. A escola, enquanto uma instituição presente na sociedade, também exprime as relações que emergem dessa sociedade, manifestando assim as construções e desconstruções relacionadas as concepções sobre o corpo e os papéis sociais de gênero.

Dentre os componentes curriculares presentes na escola, as aulas de Educação Física, por ter a cultura corporal enquanto seu objeto de estudo e ensino (Soares, et al., 2012), se configuram enquanto um significativo espaço para a reprodução dessas construções.

OS PAPÉIS SOCIAIS DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Para aprofundar a compreensão sobre como essas dinâmicas se materializam, adota-se aqui a perspectiva de Grossi (1998), que define os papéis sociais de gênero como representações de personagens. Analogamente ao teatro, esses papéis são atribuídos aos sujeitos com base em construções sociais prévias, variando drasticamente de acordo com cada contexto cultural. No cenário da Educação Física escolar, essa metáfora teatral permite identificar como estudantes, muitas vezes de forma inconsciente, performam comportamentos 'masculinos' ou 'femininos' para atender às expectativas do roteiro social vigente. Contudo, ao reconhecer o caráter performático desses papéis, abre-se a possibilidade de subverter a encenação tradicional, permitindo que os sujeitos experimentem novos modos de ser e agir corporalmente.

Embora a escola, como um todo, seja um espaço de constituição das concepções sobre o masculino e o feminino, é na Educação Física que essa distinção costuma ser mais acentuada. Como apontam Berria *et al.* (2010), a disciplina frequentemente cristaliza estereótipos ao determinar atividades consideradas 'adequadas' a cada sexo, reforçando padrões normatizados de conduta.

Esse movimento acaba por silenciar a multiplicidade de masculinidades e feminilidades que habitam os diferentes corpos, impedindo que a cultura corporal seja um espaço de livre expressão. Tal realidade corrobora a tese de que a quadra se torna um palco de reprodução do teatro social de Grossi (1998).

Os corpos são moldados por meio de estereótipos formados historicamente, e culturalmente considerados como naturais, legitimadores de uma relação de dominação entre os sexos, o que expressa uma organização de estrutura social. Isso ocorre nos diferentes espaços sociais, inclusive na escola e nas aulas de Educação Física, onde essa hierarquização é acentuada, atribuindo à mulher a características de docilidade e fragilidade, e ao homem as características relacionadas a resistência e força.

[...] a ciência aprendida na escola reflete os valores construídos no Ocidente desde o final da Idade Média, onde se estabeleceu um modelo ideal a partir do homem branco heterossexual. Os que estão fora desse padrão são considerados os “outros” e, portanto, inferiores” (Rios, 2015, p. 27).

Historicamente as mulheres são inferiorizadas e postas em lugar de subordinação na sociedade, exceto quando o desempenho se direciona a atividades que são socialmente consideradas como tipicamente femininas. Esse papel de vitimização atribuído à mulher limitou a sua participação nas atividades esportivas, por exemplo, privando-as de participar de algumas modalidades e de aprimorar habilidades e condicionamento físico, tendo suas

características sendo tradicionalmente consideradas como: sensibilidade, passividade e fisicamente fraca (Kunz, 1993).

Já o masculino é ligado à força, domínio, coragem, que cria um comportamento socialmente típico, onde, ao mesmo tempo em que o corpo é cultuado, sofre repressão do mesmo sistema patriarcal, que não o possibilita experimentar outras formas de atuação (Kunz, 1993).

Essas diferenciações baseadas nas distinções entre os sexos biológicos, legitimam as discriminações sobre as possibilidades de atuação e dos papéis sociais de gênero construídos. Na Educação Física, o adestramento dos corpos se dá devido a concepções militaristas e utilitaristas que orientaram a área de conhecimento em meio aos processos históricos, atribuindo assim à cultura corporal uma generificação, a partir de uma realidade socialmente e culturalmente construída (Kunz, 1993).

A generificação dos esportes, por exemplo, é uma expressão de como os papéis sociais de gênero são culturalmente construídos na sociedade (Sousa; Altmann, 1999, p. 57-58):

Com a introdução do esporte moderno como conteúdo da educação física escolar no Brasil, principalmente a partir dos anos 30, a mulher manteve-se perdedora porque era um corpo frágil diante do homem. Todavia, era por “natureza” a vencedora nas danças e nas artes. O corpo da mulher estava, pois, dotado de docilidade e sentimento, qualidades negadas ao homem pela “natureza”. Aos homens era permitido jogar futebol, basquete e judô, esportes que exigiam maior esforço, confronto corpo a corpo e movimentos violentos; às mulheres, a suavidade de movimentos e a distância de outros corpos, garantidas pela ginástica rítmica e pelo voleibol. O homem que praticasse esses esportes correria o risco de ser visto pela sociedade como efeminado. O futebol, esporte violento, tornaria o homem viril e, se fosse praticado pela mulher, poderia masculinizá-la, além da possibilidade de lhe provocar lesões, especialmente nos órgãos reprodutores.

As práticas conjuntas entre gêneros distintos nas aulas de Educação Física escolar é um elemento significativo levando em consideração a constituição de estereótipos sexuais e papéis sociais de gênero. As diferenciações que são de ordem biológicas e também culturais são, muitas vezes, elegidas como critério de homogeneidade para manutenção da hierarquização (Altmann, 1998).

A generificação de habilidades esportivas se dá a partir das identidades alimentadas pelo que é culturalmente disponível para os indivíduos, formadas a partir dos hábitos e costumes de práticas que são naturalizadas para um ou outro gênero.

Os esportes organizados são uma ‘instituição generificada’ – uma instituição construída por relações de gênero. Enquanto tal, sua estrutura e valores (regras, organização formal, composição sexual, etc.) refletem concepções dominantes de masculinidade e feminilidade. Os esportes organizados são também uma ‘instituição generificadora’ – uma instituição que ajuda a construir a ordem de gênero corrente (Messner, 1992 *apud* Altmann, 1998, p. 63).

A Educação Física, a partir do seu objeto de estudo, pode ser entendida nessa perspectiva como disciplinadora de corpos. As práticas corporais que são reproduzidas direcionando-as como adequadas para determinados grupos naturalizam uma abordagem de controle e enquadramento social que reprime as possibilidades de desenvolvimento de feminilidades e masculinidades em diferentes sujeitos, resumindo-os a partir de características biológicas, não pluralizando as formas de existência humana (Prado; Ribeiro, 2010).

ANÁLISE DA PRODUÇÃO SOBRE CORPO, GÊNERO E EDUCAÇÃO FÍSICA NO SEMIÁRIDO BAIANO

A investigação realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, no recorte temporal de 2016 a 2024, revelou um corpus documental de 10 dissertações a partir dos descritores: *Corpo*, *Gênero*, *Educação Física*. A distribuição temática desses trabalhos, conforme quadro abaixo, nos permite traçar um diagnóstico sobre como as categorias de análise são priorizadas no território:

Quadro 1: Categorias das dissertações

Categoria Principal	Quantidade de Dissertações	Foco da Abordagem
Gênero	09	Problematização das relações de poder e identidades, na perspectiva binária.
Corpo	01	Discussão sobre a construção social da corporeidade.
Educação Física	00	Lacuna de produções específicas com este descritor.

Fonte: Banco de Dissertações do PPGESA/UNEB. Disponível: <https://ppgesa.uneb.br/>. Acesso em: 20 fev. 2026. Criação do/a autor/a.

A ausência de pesquisas que articulem diretamente a Educação Física aos temas de Corpo e Gênero no PPGESA evidencia uma oportunidade de estudos e ressalta a relevância deste artigo em propor tal interlocução, visando romper com o silenciamento das práticas corporais nas discussões de território e cultura.

No se refere aos dados obtidos no site do PPGED é possível inferir que, apesar de o programa possuir uma produção voltada para a educação, a interseção entre o campo da Educação Física e as discussões de Corpo e Gênero ainda é incipiente. Com apenas uma dissertação identificada sob o descritor de Educação Física, observa-se que o teatro social de

Grossi (1998) e a normatização de conduta de Berria *et al.* (2010) carecem de maior densidade investigativa neste programa, apontando para a necessidade de estudos que desconstruam os papéis sociais de gênero no contexto prático das aulas de Educação Física no semiárido.

Quadro 02: Dados obtidos no PPGE

Categoria Analítica (Descritor)	Frequência (Nº de Dissertações)	Foco Principal da Discussão
Gênero	05	Relações de poder, identidades e contextos escolares.
Corpo (Corporeidades)	02	Percepções sobre o corpo e construções de subjetividade.
Educação Física	01	Práticas pedagógicas e cultura corporal.
TOTAL	08	Mapeamento da produção no Programa

Fonte: Banco de Dissertações do PPGE/UNEB. Disponível: <https://www.mped.uneb.br/>. Acesso em: 20 fev. 2026. Criação do/a autor/a.

Diferente do PPGEA, onde a Educação Física não foi objeto de nenhuma pesquisa no período, o PPGE registra uma (01) dissertação dedicada ao campo. Embora esse número seja baixo, ele representa um importante "fenda" no silenciamento da cultura corporal no território. No entanto, é importante ressaltar que o Campus IV, é ofertado o curso de Licenciatura em Educação Física.

Conforme discutido anteriormente através de Berria *et al.* (2010), a carência de estudos específicos sobre Educação Física é preocupante, pois é nesse componente curricular que a distinção entre o feminino e o masculino é salientada. A presença de apenas um trabalho no PPGE reforça a necessidade urgente de os Programas de Pós-Graduação do interior da Bahia absorverem mais pesquisas que cruzem a prática pedagógica da Educação Física com as teorias de gênero e corpo.

O cenário revelado pelos dois programas – PPGEA e PPGE demonstra que o semiárido baiano tem sido um solo fértil para as discussões de Gênero, mas ainda carece de uma produção mais robusta que coloque a Educação Física como protagonista dessa problematização. O fato de termos apenas 01 dissertação específica em Educação Física num universo de 18 trabalhos, aponta para um campo de pesquisa vasto e ainda pouco explorado por professores e pesquisadores da área de linguagem e movimento na região

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa nos permitiu compreender que as concepções de corpo e os papéis sociais de gênero não são dados biológicos imutáveis, mas construções históricas forjadas sob as demandas da sociedade capitalista. Ao longo deste estudo, evidenciou-se que a anatomia foi convertida em destino social através de discursos científicos e pedagógicos que, ao naturalizarem assimetrias, transformaram o corpo em uma ferramenta de produção e um receptáculo de normas heteronormativas.

No cenário escolar, a Educação Física emergiu nesta análise como uma faca de dois gumes: ora funcionando como tecnologia de biopoder, disciplinando os gestos e segregando os corpos em personagens teatrais de fragilidade ou força, ora constituindo-se como um campo de resistência capaz de subverter as fronteiras da normalidade. Contudo, o mapeamento realizado nos programas de Pós-Graduação do semiárido baiano – PPGESA e PPGED, entre 2016 e 2024 revelou um paradoxo acadêmico.

Embora o gênero seja uma categoria onipresente e consolidada nas pesquisas da região, representando a vasta maioria das produções, a Educação Física escolar encontra-se em um estado de silenciamento científico preocupante. A identificação de apenas uma dissertação dedicada especificamente a esta área, em um universo de 18 trabalhos analisados, demonstra que a cultura corporal ainda não foi plenamente assumida como um eixo central nas discussões sobre território e diversidade no semiárido baiano.

Conclui-se que os papéis sociais de gênero nas aulas de Educação Física continuam a ser moldados por uma herança militarista e utilitarista que insiste na generificação das habilidades e dos espaços. A superação desse modelo exige que a Pós-Graduação avance para além da teorização do gênero e adentre as atividades de Educação Física, produzindo conhecimentos que enfrentem a microfísica do poder presente no gesto motor.

Finalmente, este artigo espera servir como um convite e um referencial para que novos/as pesquisadores/a do semiárido ocupem essa lacuna. Somente ao reconhecermos que o corpo é um texto cultural e político será possível transformar a Educação Física em uma prática de liberdade, onde a multiplicidade de masculinidades e feminilidades possa se manifestar sem o peso da subalternização biológica.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. Rompendo fronteiras de gênero: Marias (e) homens na Educação

Física. Dissertação de Mestrado. Universidade de Educação da UFMG. Minas Gerais, 1998.

ALTMANN, Helena. Educação Física escolar: relações de gênero em jogo. Rio de Janeiro: Cortez, 2015.

BARROS, Cláudia Maria Rodrigues; BORDALO, Karina Barbosa; NASCIMENTO, Shirley Silva dos. CORPO, TRABALHO E EDUCAÇÃO EM MARX. XI Congresso Nacional de Educação. Curitiba, 2013.

BERRIA, Juliane; BEVILACQUA, Lidiane Amanda; CASTRO, Tatiele Marques Rodrigues de; DARONCO, Luciane Sanchonete Etchepare. O gênero nas aulas de Educação Física: questões e conflitos. <http://www.efdeportes.com/> Revista Digital - Buenos Aires - Año 15 - Nº 143 - Abril de 2010.

FAUSTO-STERLING, Anne. Corpos sexuados: política de gênero e a construção da sexualidade. Tradução de Luiza B. de Castro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREIRE, I. M.; DANTAS, M. H. de A.. EDUCAÇÃO E CORPOREIDADE: Um novo olhar sobre o corpo. Holos, Ano 28, Vol 4, 2012.

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projeto de Pesquisa.- 4. Ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. Antropologia em 1º mão, Florianópolis, UFSC/PPGAS, 1998.

KUNZ, Maria do Carmo Saraiva. QUANDO A DIFERENÇA É MITO: UMA ANÁLISE DA SOCIALIZAÇÃO ESPECÍFICA PARA OS SEXOS SOB O PONTO DE VISTA DO ESPORTE E DA EDUCAÇÃO FÍSICA. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 1993.

LOURO, Guacira Lopes. Nas redes do conceito de gênero”. In: LOPES, Marta (org.). Gênero e saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, pp. 7-18.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAIS, Vitória Lima de Oliveira. Des-ordens na Educação Física: os corpos que tentam educar. In.: RIOS, Pedro Paulo Souza (Org.). Corporeidades, feminilidades, homossexualidades e transsexualidades: constituição das identidades de gênero. Salvador: EDUNEB, 2023.

PEDROSO, Jurema Maria. As concepções de corporeidade no contexto da sociedade capitalista. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1994.

PRADO, Vagner Matias do; RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Gêneros, sexualidades e Educação Física escolar: um início de conversa. Motriz, Rio Claro, v.16 n.2 p.402-413, abr./jun. 2010.

RIOS, Pedro Paulo Souza. Da terra seca brota uma flor: relações de gênero e educação no contexto Semiárido. Curitiba: CRV, 2016.

RIOS, P. P. S. Estranho que habita em mim: subjetivações de gênero na educação. Curitiba: CRV, 2022.

RIOS, Pedro Paulo Souza. Corporeidades estranhadas: re-memorando vivências em contextos educativos de uma infância viada. In.: RIOS, Pedro Paulo Souza (Org.). Corporeidades, feminilidades, homossexualidades e transsexualidades: constituição das identidades de gênero. Salvador: EDUNEB, 2023.

SCOTT, Joan. GÊNERO: UMA CATEGORIA ÚTIL DE ANÁLISE HISTÓRICA. Educação & Realidade. 20(2):71-99 jul./dez, 1995.

SOARES, Carmem Lúcia et al. Metodologia do Ensino de Educação Física. São Paulo:Cortez, 2012.

SOUSA, Eustáquia Salvadora de; ALTMANN, Helena. Meninos e meninas: Expectativas corporais e implicações na educação física escolar. Cadernos Cedes, ano XIX, nº 48, Agosto/99.